

ESCREVIVÊNCIAS NA ACADEMIA COMO PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E ENFRENTAMENTO AO RACISMO NO ENSINO SUPERIOR FEDERAL¹

Mauricio Silveira Cardoso

Universidade de São Paulo, Brasil

Gabriela Rabello de Lima

Université du Québec à Montréal, Canadá

RESUMO

A reflexão crítica, proposta neste capítulo, surge da necessidade de materializar experiências, cujas narrativas colidem com relatos cotidianos de racismo, registrados por pessoas negras, em Instituições Federais de Ensino. Entendemos uma crescente demanda de estudos voltados aos benefícios e desafios estruturais que envolvam a política de ingresso por ações afirmativas nas Instituições de Ensino Superior no país. Contudo, ainda são emergentes os estudos que evidenciem, a partir de práticas autorreflexivas, experiências que dialoguem com os relatos de discentes e pessoas técnicas administrativas, nesse processo de adaptação e combate a estruturas de racismo cotidiano. Assim, respondendo ao chamado da literatura (Vasquez, 2019), que nos incentiva a nos libertarmos dos paradigmas acadêmicos excessivamente ligados à racionalidade moderna, os quais frequentemente marginalizam cosmovisões e experiências de vida que não se enquadram nas normas estabelecidas durante o período colonial, apresentamos este ensaio como uma exploração de escrituras. Inspirados pelas estratégias propostas por pensadoras do feminismo negro, utilizaremos recursos de oralidade para refletir sobre os processos de estigmatização e resistência, enfrentados por pessoas negras, em estudo de caso vinculado a uma instituição federal de ensino. Para isso, tomaremos como base pesquisas que relatem as repercussões no tema de estigmatização e os seus reflexos voltados ao tema de racismo, dialogando com literatura que aborda a importância de metodologias narrativas, para a produção de conhecimentos decoloniais. Os resultados indicaram que os relatos, produzidos em ensaio, dialogam diretamente com a literatura, evidenciando, a partir da experiência de vida dos autores, elementos que materializam e ampliam o olhar sobre a problemática de racismo institucional. Como principal contribuição, esse artigo soma-se a contribuições de trabalhos que visam dialogar com o tema de políticas de ações afirmativas em ensino superior e também traz propostas de resistência e propostas de melhorias a uma promoção de igualdade e redução de desigualdade nesses espaços acadêmicos.

PALAVRAS-CHAVE: Escrituras; cotas raciais; universidades.

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024). GT 032: As Ações Afirmativas no Brasil atual: análises antropológicas sobre a eficácia, eficiência e efetividade das reservas de vagas no ensino superior

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, propomo-nos a apresentar, através de ensaios memoriais, dinâmicas de estigmatização e resistência, vivenciadas por estudantes e servidores negros e negras em Instituições Federais de Ensino Superior público no Brasil. A necessidade de tal investigação surge do contraste entre as experiências cotidianas de racismo relatadas por essas pessoas e o ideal de inclusão e igualdade que as universidades aspiram a promover, após lei federal n.12.711 de 2012. Assim, utilizaremos o recurso metodológico de (escre)vivências, proposto por Evaristo (2020) para aprofundar o entendimento sobre como os estereótipos negativos, preconceitos e discriminações afetam não apenas a trajetória acadêmica e profissionais, mas também o bem-estar emocional e psicológico dessas pessoas, minando negativamente suas experiências.

Assim, adotamos uma perspectiva crítica que questiona as normativas acadêmicas tradicionais, e a forma que estas são instrumentalizadas sem que ocorra adaptações ao contexto emergente de novo público que acessa o sistema de ações afirmativas, de forma a fomentar ações e práticas discriminatórias. Essa postura vem com a identificação de trabalhos que criticam o paradigma de racionalidade moderna em instituições de ensino que, frequentemente, marginalizam pessoas e proporcionam experiências negativas a estes indivíduos (Silverio, 2002). Entender esta problemática é fundamental para que se expanda trabalhos e reflexões sobre o tema, proporcionando indicativos para produções de mudanças nesses espaços formativos e públicos.

Deste modo, questionamos: como os relatos de experiência podem ilustrar práticas materiais de racismo cotidiano, experienciado por pessoas negras em Instituições Públicas de Ensino Superior no Brasil? A partir dessa problemática apresentada, o estudo tem como objetivo interpretar e identificar as estruturas de poder que sustentam o racismo institucionalizado, identificando caminhos para resistências e práticas acadêmicas inclusivas que fomentem a diversidade e inclusão. Baseamo-nos em uma metodologia memorial, em que compreendemos também como prática autoetnográfica, utilizando relatos pessoais em diálogo com a literatura que trabalha com o tema de estigmas e a importância de evidenciar a voz de pessoas silenciadas pelo racismo. Reconhecendo a importância da oralidade e da narrativa na construção de conhecimento e combate ao epistemicídio (Carneiro, 2005), buscamos oferecer

reflexões para se produza uma ecologia de saberes de vozes historicamente silenciadas, promovendo exemplos de situações enfrentados por estudantes e pessoas servidoras negras que ingressaram por meio de reserva de vagas nas universidades federais brasileiras. Ao fazê-lo, desafiamos as convenções acadêmicas e contribuimos para que pessoas interessadas reflitam nas estruturas de narrções como materialidade de discriminações e resistência, compreendendo instituições como as de ensino em espaços de construção de relações desiguais de poder (Ashcraft, 2017).

ESTIGMATIZAÇÃO DAS PESSOAS NEGRAS NA UNIVERSIDADE E BUROCRACIAS DO PACTO

O estudo da estigmatização de estudantes e pessoas negras em instituições de ensino superior, neste trabalho, passa pela compreensão inicial do conceito de estigma, proposto inicialmente por Goffman em 1963. O autor (ibid) caracteriza o fenômeno do estigma como um atributo profundamente desacreditador que tipifica uma pessoa de maneira prejudicial, distorcendo sua compreensão como um ser completo e singular. Isso ocorre por meio de noções pré-concebidas que desacreditam a pessoa, resultando em constrangimento, desconforto e experiências adversas durante suas interações cotidianas. Já Melo (2000) oferece uma perspectiva incisiva sobre como certas identidades são percebidas e manejadas dentro do tecido social. Segundo o autor (2000), os estigmas não são meramente atributos individuais indesejáveis, mas sim construções complexas resultantes de processos sociais que marcam determinadas características ou identidades como negativas ou inferiores. Essa estigmatização serve a funções específicas dentro da sociedade, funcionando como um mecanismo de controle social que reforça normas e valores dominantes, segregando e marginalizando aqueles que desviam dessas expectativas (Melo, 2000).

Link e Phelan (2001) argumentam que o estigma emerge de um conjunto complexo de processos - especificamente, rotulação, estereotipização, segregação, perda de status e discriminação - que ocorrem simultaneamente e são facilitados por um cenário de poder, esses autores inserem uma dimensão crítica que é a do poder na análise do estigma. Este contexto, segundo os autores (ibid.), revela como as dinâmicas de poder são fundamentais para a criação e manutenção de estigmas dentro da sociedade, apontando para a interseccionalidade entre estigma e estruturas sociais de

poder. Em diálogo com essa perspectiva, também encontram-se Becker e Arnold (1986), que oferecem como os estigmas são formados e mantidos dentro da sociedade e na cultura. Os autores (1986), ao destacar a sociedade e a cultura como elementos cruciais na construção do estigma, apontam para o fato de que o estigma não é apenas um fenômeno individual ou intrínseco, mas sim um produto das interações e normas sociais e culturais. Este ponto de vista ressalta a complexidade da estigmatização, mostrando que ela é tecida nas estruturas de nossas comunidades e nas maneiras como interpretamos e atribuímos valor às diferenças. A ênfase dada por Becker e Arnold (1986) aos "indivíduos que marginalizam outros em situações de aceitação social" sugere que o estigma é frequentemente resultado de um processo ativo de exclusão praticado por membros da sociedade que detém certo grau de poder ou autoridade normativa. Essa marginalização não ocorre no vácuo; ela é alimentada por preconceitos e estereótipos que estão profundamente enraizados nas práticas culturais e sociais (Becker; Arnold, 1986). A marginalização, portanto, não é apenas uma expressão de aversão ou desaprovação pessoal, mas também um reflexo das estruturas de poder e dominação presentes na sociedade.

No contexto universitário, o estigma pode manifestar-se por meio de estereótipos negativos, preconceitos e discriminações direcionadas a estudantes que ingressaram por meio de reserva de vagas, em especial pessoas negras, afetando adversamente sua experiência acadêmica e social. A teoria do pacto racial, proposta por Charles Mills (1997), sugere uma estrutura social implícita que mantém a supremacia branca por meio de um consenso tácito, influenciando políticas institucionais e práticas burocráticas que desfavorecem pessoas negras. Já estudos contemporâneos como o fornecido por Kilomba (2020), permite identificar como a construção da raça e os efeitos do racismo espacializam as pessoas negras como não pertencentes a espaços hegemônicos, como a academia, causando processos de desconhecimento e produções de alteridade nos espaços de convívio entre diferentes grupos nesses locais. Por exemplo, a autora (ibid.), de forma autobiográfica, explica como os espaços acadêmicos muitas vezes não reconhecem a presença de mulheres e pessoas negras na academia, seja de forma epistêmica e cultural, pela não utilização de suas obras, mas também de forma física, por meio de ações que favorecem o seu não pertencimento ou estranhamento nesses espaços. Em estudos fornecidos por Jardim et. all (2022), foi possível identificarmos que cerca de 75% de mulheres negras egressas relataram ter

passado por algum tipo de preconceito ligados a gênero e racismo, somando-se com 25% ligados aos egressos homens negros na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no período de 2008 a 2018.

Para Bento (2022), em ambientes que, majoritariamente, as pessoas que ocupam espaços de poder e frequentam são brancas, muitas vezes, quando indivíduos negros acabam por frequentar esses espaços, a muitas pessoas causam a sensação de desconforto, construindo dificuldades de inserção dessas pessoas racializadas. Assim, normas, regras e outros tipos de práticas cotidianas acabam fortalecendo silenciosamente o pertencimento às pessoas consideradas iguais, atuando sistemicamente na transmissão da herança secular do grupo, o que a autora vem chamar de pactos narcísicos (Bento, 2022, p.76). Esses pactos narcísicos, para a autora (2022), acabam produzindo também práticas informais, que dificultam experiências de pessoas negras em diferentes instituições, em que verificamos a acadêmica, como uma delas. Por isso, questionar, a partir da base e entre a margem, torna-se um instrumento potente, em que mecanismos e metodologias memoriais e decoloniais como os relatos de (escre)vivências podem nos fornecer instrumentos importantes para refletir sobre esses processos de marginalização.

IMPORTÂNCIA DOS RELATOS DE (ESCRE)VIVÊNCIAS E RESISTÊNCIAS NA UNIVERSIDADE

O aumento da presença de corpos negros vivos dentro de espaços acadêmicos brasileiros, tanto na condição de docentes como de discentes, tem provocado fissuras estruturais nas relações de privilégio e compadrio, que sempre encontraram eco dentro das universidades do país. Construir novas latitudes teóricas tem sido uma reparação epistemológica e uma verdadeira revolução, e o percurso de trazer as escrevivências para o mesmo pódio dos outros gêneros de textos acadêmicos concede a distinção de convocar a autoria a se fazer presente em primeira pessoa, sem modalizadores, fazendo com que essas novas produções sejam textuais, mas também sensoriais, pois têm som, têm cheiro, têm paladar, têm aconchego, mas também têm dor, e expurgar a dor é fazer as pazes com o presente (Felisberto, 2020, p.173).

Iniciamos essa seção, a partir de Felisberto (2020), que propõem o resgate memorial como os de (escre)vivência, como forma de materialização de ritos que o percurso acadêmico perpassa aos estudantes e docentes que neles se encontram. No local dos estudantes, o ambiente acadêmico, de acordo com a autora (ibid.), muitas vezes, é brutal, pois permeia sistematicamente muitas regras que acabam sendo

insuficientes para lidar com demandas e problemáticas do ambiente e perpetuam privilégios para determinados grupos de interesses sociais históricos. Ainda, nestes mesmos ambientes, inviabilizam-se outras produções de saberes, fazendo com que pessoas racializadas sintam-se, muitas vezes, com o sentimento de deslocamento e não pertença, sendo necessário um engajamento por parte das estruturas internas, que permita com que essas pessoas possam utilizar de suas potências, revertendo modelos coloniais de saberes (Felisberto, 2020).

Assim, recorreremos ao conceito de (escre)vivência, como uma práxis textual que possibilita a humanização de histórias narradas pelas pessoas negras, interpretando a realidade a partir de nossos posicionamentos no mundo, a partir da busca por quebras de controle e inviabilização de experiências (Barreto de Sá; Oliveira Pires, 2023). Para Felisberto (2020), a prática de (escre)vivência, permite que estudantes negros e negras, em locais como a academia, imprimam uma rota de alternativa de produção de saberes, a partir de relatos que os próprios discentes experienciaram durante seus percursos. Já para Evaristo (2003), essa prática de autoapresentação também funciona como um exercício pelo qual as pessoas possam suportar o mundo, demonstrando, através da escrita, os limites que, muitas vezes, os são impostos por conta de diferentes sistemas (raciais/coloniais, patriarcais, econômicos, etc.).

Neste trabalho, entendemos o rito e o modo de (escre)vivência como uma prática decolonial que integra elementos epistemológicos e fenomenológicos na construção do conhecimento. Pretendemos empregar a estratégia de relatos como meio para gerar essa compreensão mais complexa e colaborativa do fenômeno de resistência ao racismo cotidiano. Podemos ver a modalidade de relato como recurso de narrativa, enquanto método, também baseado em trabalhos etnográficos e autobiográficos para o preenchimento de lacunas que não podem ser respondidas a partir da aplicação de estudos empíricos tradicionais de pesquisa (Santos, 2017). Para Santos (2017), esse recurso funciona como fonte de apropriação epistemológica para escritoras e escritores negros, pois resgata memórias silenciadas com legados coloniais. Ainda (ibid.) esses trabalhos adquiriram robustez na área de estudos do feminismo negro, reorganizando discussões sobre temas como desigualdades, violência e opressão.

Esse método também pode ser como um recurso de autoeducação, através do qual adquirimos uma identidade do mundo em que vivemos, permitindo o reconhecimento do sujeito a fim de nos orientarmos em diferentes perspectivas de análise (Brun, 2013). Basile (2012) aprofunda esse entendimento, baseando-se no fato que a construção de trabalho com esse cunho metodológico e epistêmico são construídas a partir da filosofia dos povos originários, uma vez que utiliza recursos da oralidade para coletar as experiências sobre diferentes fenômenos do passado.

Segundo hooks (1989), para a transição no processo reflexivo de identidade em um texto narrativo, precisamos compreender que tornar-se objeto de seu próprio processo de estudo implica gerar, refletir e retomar a consciência dos mecanismos de exploração e controle que essas pessoas vivenciam cotidianamente. Por exemplo, ao identificar-se enquanto pesquisadores e pesquisadoras negros, muitos acadêmicos entendem os desafios de realizar pesquisas aplicadas a este campo, por saberem que os marcadores sociais do racismo encontram-se como estruturantes no modelo de sociedade contemporâneo (Almeida, 2019). Ainda, o processo de identificação atravessa os elementos de resistência que evidenciam uma oportunidade de solicitação de espaço intelectual (hooks, 1989). Segundo a autora (ibid.), isso promove uma postura de renúncia à segurança em relação à exposição aos sujeitos de pesquisa. As pesquisadoras e os pesquisadores racializados assumem o privilégio de abordar questões pertinentes a elas e eles próprios, bem como a de outras pessoas em contextos semelhantes de dominação e subordinação sistêmica (hooks, 1989). Dessa forma, compreende-se que este estudo contribui para fornecer evidências empíricas que podem ser utilizadas por outros pesquisadores e pesquisadoras racializadas, permitindo uma abordagem reflexiva deste modo científico (Santos, 2017, p. 233).

PREÂMBULO METODOLÓGICO: OS AFETOS ENQUANTO PROPOSTA NARRATIVA

Para explicar qual metodologia utilizamos neste trabalho, recorreremos ao convite narrativo proposto por Vásquez (2019), como metodologia que busca propor alternativas nos modos de geração de conhecimento e criar uma ecologia de saberes. Para Vásquez, esse tipo de metodologia narrativa crítica de enunciação permite romper

com a linearidade e neutralidade que caracterizam artigos científicos do mundo acadêmico, interpelando o leitor que se converte como um co-autor participando da identidade narrativa do texto. Essa proposta metodológica de autorreflexão é inspirada também pela investigadora Ashcraft (2017), que convida a pensarmos nas estruturas de narrações como formas de relações de poder e resistência para compreender como a teoria dos afetos habita os corpos, normas, instituições, etc. Segundo Vásquez (2019, apud. Ashcraft, 2017), a teoria dos afetos impregnados em estruturas de narração, permite identificarmos elementos de poder (ou seja, que tem um efeito) quando ele é afetivo (ou seja, que mobiliza afetos em pessoas, instituições). Por isso, entendemos que, para trabalhar com o tema de racismo institucional, enquanto problemática estrutural, é necessário que os sujeitos de enunciação possam expressar as suas experiências, a fim de que, a partir delas, possamos construir ou propor soluções mais robustas de redução de desigualdades. Assim, utilizar a proposta de afetos a partir de uma metodologia narrativa é permitir que podemos habitar nos objetos de poder para entender como estes se movem através e ao redor de nós e como através desses movimentos esses objetos nos afetam (Vásquez, 2019, p. 106).

Assim, os relatos foram separados em três momentos, coletados a partir de registros anteriores de experiências vivenciadas pelos autores durante o seu período acadêmico de agosto de 2012 a janeiro de 2023 e agosto de 2016 a dezembro de 2020. Como proposta autorreflexiva, usaremos o tratamento em primeira pessoa do singular em diálogo com a terceira pessoa. O uso da terceira pessoa, como proposto por Vásquez (2019), permite que essa proposta crie um ser que vê, imagina, sente, assume, realiza e se afirma com o contato ao seu redor e pelo qual ele ou ela são afetados. Também utilizamos o recurso da escrita dos relatos em itálico, junto com nossas reflexões em texto normal, distanciando-se o recurso narrativo do texto.

Por consequência, este ensaio fundamenta-se nas premissas centrais de um estudo autoetnográfico, as quais abordam de forma integral a complexidade do fenômeno estudado. Em primeiro lugar, reconhecemos os limites inerentes ao conhecimento científico, o que nos leva a adotar uma postura reflexiva e crítica em relação aos pressupostos e métodos empregados. Em segundo lugar, estabelecemos uma conexão entre as experiências pessoais dos pesquisadores que, distintas, porém interconectadas com a instituição, junto às dinâmicas sociais mais amplas, permitindo

uma análise mais abrangente e contextualizada do objeto de estudo. Por fim, empregamos a estratégia narrativa como um instrumento fundamental para lidar com as implicações éticas do nosso trabalho investigativo, assegurando a integridade e responsabilidade em todas as etapas do processo. Ao adotar esse preâmbulo metodológico, garantimos que as diferentes perspectivas sejam devidamente contempladas, preservando, assim, a riqueza e complexidade do fenômeno em análise (Alvesson; Skoldberg, 2017).

RELATOS

Gosto de escrever, na maioria das vezes dói, mas depois do texto escrito é possível apaziguar um pouco a dor, eu digo um pouco... Escrever pode ser uma espécie de {...} desafio, um modo de ferir o silêncio imposto, ou ainda, executar um gesto de teimosa esperança. Gosto de dizer ainda que a escrita é para mim o movimento de dança-canto que o meu corpo não executa, é a senha pela qual eu acesso o mundo (Evaristo, 2003, p.2)

Iniciamos com o trecho de Evaristo, pois ela nos convida a refletir através das palavras e colocar questões da identidade e diferença no interior da linguagem, que aqui chamamos de discursos. Para a autora, é através desses atos, que reproduzem simbolicamente os sentidos experienciados, passando, muitas vezes, despercebidos por pessoas que não pertencem a grupos minoritários. Com isso, traremos os relatos de experiência a partir de ordens espaciais, para dialogar e refletir junto a nossa literatura, com esses textos.

Entre normas e preconceitos: Reflexões da estrutura administrativa e a experiência na universidade

Ao ingressar na Universidade em 2012, no segundo semestre do ano letivo, através da política de cotas raciais e socioeconômicas, encontrei-me diante de um dilema que muitos estudantes cotistas enfrentam: a necessidade de equilibrar trabalho e estudo para me manter financeiramente. Diante disso, optei por reduzir o número de disciplinas obrigatórias do meu curso de Engenharia Química, para continuar trabalhando e assim suprir as necessidades básicas visando minha permanência na universidade. Essa decisão, embora estratégica, me colocou numa trajetória acadêmica distinta daqueles que ingressaram pelo acesso universal. Como estudante negro de baixa renda, não só me vi lutando para conciliar as demandas de trabalho e estudo,

mas também enfrentei a dura realidade de ser alvo de preconceitos e estigmatização em um ambiente que deveria promover a inclusão e a igualdade de oportunidades.

No início, essa diferença parecia apenas uma questão de gerenciamento de tempo e prioridades. No entanto, ao finalizar meu primeiro semestre e me inscrever nas disciplinas obrigatórias não cursadas, confrontei-me com uma realidade mais complexa e perturbadora: a manifestação do preconceito institucionalizado contra estudantes cotistas, evidenciado tanto nas políticas da Universidade quanto nas atitudes de alguns docentes.

A Universidade adotava a divisão dos aprovados no processo vestibular em dois semestres, baseada nas notas obtidas nas provas do processo vestibular. Essa prática resultava majoritariamente no ingresso dos estudantes de acesso universal no primeiro semestre e dos cotistas no segundo, criando uma segregação implícita que reforçava estereótipos e preconceitos. Em uma disciplina obrigatória, por exemplo, deparei-me com falas problemáticas de um docente que, ao parabenizar os alunos pelo ingresso no curso, exaltava as performances no vestibular e comparava, de forma depreciativa, os alunos do primeiro semestre com os cotistas, sugerindo uma suposta inferioridade acadêmica destes últimos.

Em outra ocasião, um professor explicitou sua preferência por não ministrar aulas para alunos do segundo semestre, justificando que o rendimento desses estudantes era inferior. Essas experiências revelaram não apenas a perpetuação de estigmas associados aos estudantes cotistas, mas também a existência de uma estrutura que, intencionalmente ou não, alimenta a desigualdade e o preconceito.

Além disso, o score do processo vestibular, um critério aparentemente neutro, era utilizado para perpetuar desigualdades, influenciando a alocação de horários e a seleção de professores. Estudantes cotistas, como eu, frequentemente se viam relegados aos piores horários e aos professores considerados pelos alunos como tendo métodos didáticos menos eficazes ou problemáticos. Essa prática não apenas evidenciava uma hierarquização baseada no desempenho no vestibular, mas também reforçava a noção de que estudantes cotistas eram menos merecedores das melhores oportunidades educacionais, ampliando as dificuldades que já enfrentávamos.

Do lado de dentro da instituição: A burocracia que perpetua desigualdades e *black faces* beirando ao racismo recreativo nas filas de sessão de verificação

Era um fim de tarde durante o verão de 2019 e lembro de ter chegado em casa chorando. Eu tinha saído de mais uma sessão de verificação da autodeclaração étnico e racial e presenciei ao menos dois casos naquele dia de pessoas brancas que não tinham o limite de ingressar em uma etapa de concurso com bronzeadores artificiais para demonstrar ter uma pele mais retinta e pleitear uma vaga naquela instituição. Quando eu ingressei no setor de ações afirmativas naquela Universidade, presenciei um movimento, que decorreu de ocupação e denúncia do movimento negro estudantil, de mais de 300 casos de denúncias de pessoas fraudadoras de diferentes cursos de graduação, em um período de menos de 04 anos. Quantos alunos e alunas negros realmente entraram por meio das reservas de vagas e quantas dessas vagas foram desviadas, desde o primeiro ingresso na instituição? E se somarmos os números de Universidade públicas do Brasil? Quantas vagas realmente foram ocupadas por sujeitos de direito?

Trabalhar naquele setor realmente me trouxe muito ânimo, porém entendi, em pouco tempo, que nadávamos contra uma maré. Uma maré de “magia branca” em uma instituição que, boa parte ainda não compreendia a importância de reserva de vagas e que no fim iríamos ser afogados e afogadas com uma série de demandas engavetadas e não resolvidas de justiça social. Ao mesmo tempo, mesmo com todas as críticas e melhorias que as comissões de hétero-identificações pelo Brasil ainda precisam se aperfeiçoar, foi muito pelo efeito delas que passamos a ver uma representatividade negra mais proeminente de alunos na Instituição.

Eu entrei na Universidade no ano de 2014 por meio de Acesso Universal, porém recordo-me de muitos de meus colegas me questionarem se eu era cotista, já que víamos exemplo de no máximo mais um ou dois colegas negros ingressarem junto conosco durante todo o ano. Por sermos poucos, acabávamos nos unindo e recordo-me de conversar com uma de minhas colegas que acabou não ingressando também pela política de reserva e nos questionarmos, então, quem seriam as pessoas que entraram com essas vagas, já que o nosso curso existia uma proporção de cerca de 6 vagas por ano. Essa pergunta nunca nos foi respondida e aos poucos fomos nos acostumando com essa rotulagem, mesmo que não ocupada, como uma marca de pertença racial. Quando

as comissões foram aderidas na Instituição, eu já estava prestes a me formar, mas a sensação de circular em um corredor com mais pessoas negras me trazia uma energia, de voltar ao setor pelo qual estava alocada e ter forças de produzir um trabalho para os nossos, mesmo em contextos de dor e repúdio.

Quando o estigma se transforma em violência psicológica: Retrato do racismo institucional na Universidade

Durante a jornada acadêmica, minha presença como um dos poucos estudantes negros em um mar de rostos majoritariamente brancos na universidade não era apenas notável, mas também profundamente isoladora. Em salas onde a negritude era minimamente representada, éramos, na melhor das hipóteses, três ou quatro em uma turma de trinta. Este cenário se estendia ao corpo docente, onde, em um departamento com cerca de trinta professores, apenas um era negro. Tal desequilíbrio não apenas refletia a desigualdade sistêmica da sociedade, mas também reforçava a sensação de alienação e questionamento: "Este lugar é realmente para mim?"

Essa alienação era exacerbada por um sistema que privilegiava estudantes — predominantemente brancos e de classes mais altas — com melhores desempenhos acadêmicos em processos seletivos para bolsas de iniciação científica e programas de intercâmbio, baseados em critérios que, superficialmente imparciais, ignoravam as complexidades das desigualdades raciais e socioeconômicas.

A luta para equilibrar trabalho e estudo, uma realidade para muitos estudantes cotistas negros, encontrou um obstáculo significativo quando uma avaliação exigiu a participação em eventos acadêmicos programados fora do horário da disciplina cursada conflitando com minha atividade laboral, resultando em minha reprovação na disciplina. A negativa do professor em oferecer uma oportunidade de recuperação, alegando desleixo da minha parte, e a subsequente falha dos órgãos administrativos da universidade em mediar o caso, revelaram uma insensibilidade alarmante às necessidades dos estudantes trabalhadores e cotistas.

A situação deteriorou ainda mais durante o regime remoto imposto pela pandemia de COVID-19. Atrasado para uma aula online devido a uma emergência familiar relacionada à COVID-19, fui recebido com agressões verbais pelo mesmo professor, que me acusou de negligência acadêmica e proferiu palavras que até hoje me

deixaram marcas. A falta de compreensão e a hostilidade aberta exacerbaram minha ansiedade e depressão, culminando na minha decisão de abandonar o curso. Essa situação se estendeu durante cerca de dois anos e que mesmo com o suporte psiquiátrico e psicológico, questionei-me em desistir, faltando apenas um curso para a minha diplomação. Lembro-me de questionar: e meus colegas que não podem arcar com esse suporte?

Durante o primeiro ocorrido com esse docente, recorri ao setor de ações afirmativas da instituição. Todavia, mesmo com o setor com status de pró-reitoria, a palavra do professor, que era chefe de departamento e foi orientador de atuais servidoras e professoras novas dessa escola me proibiram de seguir um fluxo normal. A intervenção de professores negros, pessoas brancas aliadas e outros servidores conscientes das causas socio-raciais, reconhecendo assim a injustiça da minha situação, mediaram uma solução com a administração superior, em que este foi um momento decisivo. A empatia e compreensão da minha experiência como estudante negro na universidade foram fundamentais para reverter uma decisão previamente inflexível, permitindo-me concluir o curso com dignidade.

DISCUSSÕES CRUZADAS NAS EXPERIÊNCIAS DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Após a leitura coletiva de nossos relatos e reflexões que atravessam ambos os autores dessa obra, entendemos pertinente realizar o diálogo e discussões de maneira conjunta, por identificarmos nuances e similaridade de vivências, mesmo em contextos distintos. Dessa forma, identificamos pelo menos seis aspectos que evidenciam os impactos das experiências dos autores relatadas. Entendemos que o modo de resistência e reflexão em conjunto com a literatura abordada contribui para um primeiro estágio de enfrentamento ao racismo, o qual desejamos explorar mais detalhadamente nesta seção.

O primeiro aspecto explora as relações de dinâmica e identidades na estrutura social, os efeitos da estigmatização representam um aspecto relevante de significativa perturbação e violência para as pessoas afetadas. Como relatado na literatura, a estigmatização é um processo que prevê uma rotulação, com base em características ou

atributos considerados desviantes ou indesejáveis, desumanizando aqueles que são estigmatizados. Vimos, no comparativo dos três relatos que esses efeitos estigmatizantes estiveram presentes em diferentes níveis. Assim, os efeitos do processo de estigmatização são diversos, complexos e multifacetados, podendo ser sentidos em uma variedade de níveis, podendo ir desde o psicológico até os níveis econômico e social. No nível pessoal, a estigmatização pode causar danos à autoestima e à autoimagem, podendo resultar em processos depressivos, ansiedade e problemas de saúde mental. Já no âmbito social, a estigmatização pode resultar em processos de exclusão e de isolamento. Como salientado por Bento (2022), aqueles que são marcados ou identificados por terceiros como diferentes podem ser rejeitados ou evitados por seus pares, o que limita suas oportunidades de interação social e suporte, fazendo com que os indivíduos encontrem dificuldades para formar e manter relacionamentos significativos, e também ter acesso a oportunidades e recursos importantes que podem ser chave para o seu desenvolvimento profissional e pessoal.

Vimos no primeiro e terceiro relatos, que alunos e alunas estigmatizados podem enfrentar baixas expectativas de professores e colegas, o que pode impactar seu desempenho acadêmico e sua experiência nesse contexto. Isso pode impactar na sua vontade de participar ativamente do processo de aprendizagem e limitar o acesso destes estudantes a oportunidades educacionais e pedagógicas. Por exemplo, em Jardim et al (2022), foi possível identificarmos que a faixa de estudantes negros egressos na UFRGS, durante o período de 2008 a 2018 foram os que menos acessaram oportunidades relacionadas às treze modalidades de aprendizado que incluíam monitorias, empresas júnior, grupos de estudo, PAG, etc. Assim, combater a estigmatização requer um plano de ação que envolva mudanças nas atitudes individuais, nas políticas e práticas institucionais e nas normas culturais e possam ser criadas ferramentas de estímulo a esses estudantes. Isso inclui, por exemplo, modelos de educação para a promoção da diversidade, equidade e inclusão, políticas anti-racistas e anti-discriminatórias, e a promoção de modelos positivos que movimentam a estrutura social e refletem a diversidade da sociedade. Além disso, entendemos que, sob o aspecto de identificação discriminatório, é de extrema relevância a promoção de recursos e suporte àquelas pessoas vítimas, como forma de minimizar os impactos e efeitos negativos em suas vidas.

O segundo aspecto, identificado em nossos relatos, e que gostaríamos de refletir, evidencia o racismo institucional que consiste em uma forma sistêmica de discriminação em todas as frentes. Tanto nos relatos um e três, como o segundo relato apresentado, verificamos os entraves e falta de estrutura com que as pessoas que vivenciam o cotidiano institucional estão expostas. Esse cotidiano pode ser repleto de subjetividades e não ser imediatamente visível, não dependendo diretamente da intenção de prejudicar as pessoas. Como vimos em Bento (2022), esse cotidiano faz parte de pactos inconscientes que estão alicerçados nas desigualdades estruturais, perpetuando desvantagens em pessoas racializadas, em toda a sua diversidade. Para estudantes que ingressaram por reservas de vagas, com sub-recorte destinado a pessoas negras, o racismo institucional pode se apresentar de inúmeras formas. Primeiramente, pode-se apresentar resistência à implementação de melhorias nos setores que apoiam essas políticas. Como vimos brevemente no terceiro relato, mesmo após a adoção de políticas das ações afirmativas, persistem atitudes e crenças que questionam a política, alegando que a manutenção deste projeto pode não ser sustentável no que se refere à qualidade do ensino e dos profissionais formados e à capacidade e ao mérito destes estudantes. Além disso, o racismo institucional muitas vezes reflete a falta de representatividade, em especial do corpo docente, dessas instituições. Apesar da implementação de políticas de ingresso de vagas para servidores técnicos administrativos, ainda observamos uma sub-representação significativa desses profissionais em muitos ambientes e institutos e departamentos, nos quais também há presença de estudantes negros e negras. Essa ausência de representação pode resultar em dificuldades para essas pessoas encontrarem apoio ou orientação adequados que perpassem aspectos somente administrativos, o que pode impactar negativamente seu engajamento e sucesso acadêmicos.

Outro aspecto importante é a falta de conteúdo curricular que reconheça e valorize as contribuições históricas, culturais e acadêmicas dos negros. Como vimos em nossa literatura (Kilomba, 2020), esses espaços desconsideram a diversidade e a pluralidade da grande maioria da população brasileira, perpetuando uma visão eurocêntrica do processo educativo, não preparando os estudantes a compreender com maior amplitude uma sociedade plural e diversificada.

O terceiro aspecto que percebemos em diálogo com o anterior é a insuficiência de recursos nos espaços institucionais para lidar com problemas complexos como o

atendimento adequado a demandas de estudantes oriundos de escolas públicas e espaços de fiscalização robustos que pudessem impedir a perpetuação de práticas de racismo recreativo ou de “burlar” sistemas. Desde o ingresso dos primeiros estudantes oriundos de escolas públicas, sendo eles com recorte racial ou somente socioeconômico, a universidade encontra-se em um período de longa adaptação, em que muitos docentes ainda negam adequar-se à realidade de pessoas que precisam conciliar seus estudos junto com trabalhos para geração de renda e sustento de famílias. Com a popularização e o acesso a um maior número de políticas de ações afirmativas, em muitos espaços criaram-se estruturas internas guetizadas, que mesmo com a possibilidade de ingresso, essas pessoas acabam sofrendo barreiras que passam como exemplos pontuais cotidianos, sem que essas os impeçam de interromper seus estudos. Como visto em literatura (Jardim, et. all, 2022), em relatórios de gestão, fornecidos por departamentos como os de Ações Afirmativas da UFRGS em 2018, foi possível verificar que a maior taxa de abandono até o período estava sendo de alunos ingressantes no acesso universal. Todavia, em quais condições de sociabilidade e perspectivas de futuro os demais perfis de estudantes encontram-se ao concluírem os seus estudos? Por insuficiência de espaços de controle e monitoramento que produzam medidas de controle, vimos no segundo relato que, infelizmente, ainda não existem medidas contra pessoas que buscam burlar reservas de vagas não destinadas ao seu público-alvo, causando uma demanda de trabalho e desconforto diante da discriminação e busca de aproveitamento de vagas destinadas a populações escravizadas durante mais de três séculos no país sem nenhum impacto. Os efeitos do controle e experiência com essas situações, para além do próprio movimento de resistência e controle social também produz efeitos de impunidades diante de pessoas negras que, ao se deparar com práticas discriminatórias construídas em proveito próprio, entendem que estas não gerarão repercussões maiores do que o mero constrangimento em frente de uma banca que pode ou não aprová-lo.

A falta de constrangimento e ações de pessoas que, mesmo em frente a servidores e membros de banca de heteroidentificação, compostas em parte por pessoas negras, a partir da tentativa mecanismos de fraudar as percepções da banca, não desistem desse movimento, demonstra uma falta de respeito e reconhecimento de grupos sociais que foram proibidos por gerações de adquirirem o mínimo de recursos próprios para subsistência. Através do diálogo com Bento (2022), é possível identificar o quanto a neutralidade de parte dessas pessoas terem e verem suas representações em

diferentes espaços, ou entenderem inconscientemente que poucos serão os efeitos de curto e médio prazo, faz com que esses indivíduos insistam, não compreendendo que não são os sujeitos de direito. Esse ponto, mesmo que nosso ensaio não tenha entrado a fundo, ainda segue a descoberto, como um elemento que convidamos estudos futuros a pesquisarem com maior profundidade, para que possamos estabelecer instrumentos de controle mais eficazes e menos nocivos às pessoas que participam dessas bancas.

No quarto aspecto, e que percebemos ao longo dos relatos, em especial o primeiro e o terceiro, nos foi permitido verificar como a invisibilização de outros saberes na academia também perpassa pelo pouco reconhecimento da experiência laboral de estudantes que precisam, desde o início do curso, seguir no mercado de trabalho, mesmo que suas experiências não sejam diretamente relacionadas ao curso. Mesmo que as súmulas dos cursos previstos de graduação permitam que os estudantes tenham períodos de estágio probatório em parte dos cursos oferecidos hoje em instituições federais de ensino, a falta de reconhecimento de experiências anteriores e as adquiridas ao longo do tempo, em diálogo com a sociedade, poderiam ser instrumentos propulsores de inovações e reflexões mais profundas que não são aproveitadas. O diálogo com a experiência de ensino que não seja envolvida em experiências nas quais os estudantes possam aplicar suas habilidades na prática, mesmo que não diretamente vinculadas, pode interromper diretamente o seu estímulo e absorção de conteúdos que, caso aplicados, teriam maior retenção. Mesmo com iniciativas de pesquisa e extensão e as novas modificações para o aumento de práticas de extensão junto aos estudantes universitários, faz-se necessário pensar em quais outras práticas pedagógicas estudantes trabalhadores podem adquirir experiência, sem que esses sejam comprometidos ao longo do seu período escolar.

O quinto aspecto, que acreditamos perpassar os três relatos aplicados, encontra-se na reflexão sobre as diferentes formas de violência e violações que as pessoas negras, no espaço de instituições de ensino, podem passar para seguir o seu processo educacional, ou laboral, como foi o segundo caso. Conforme vimos em literatura (Kilomba, 2020; Bento 2022), o processo de enfrentamento de racismo cotidiano no corpo de pessoas negras, acaba por reproduzir agressões que, somadas a outras experiências cotidianas, podem desencadear uma série de adoecimentos, como também o surgimento de adoecimentos psicossociais como depressão, ansiedade, entre

outros, cujas demandas não encontram acolhimento nesses locais, por estarem parcamente preparados para tal. Por exemplo, no terceiro relato de experiência, mesmo com um setor destinado a intervir e apoiar estudantes ingressantes por meio de reservas de vagas na instituição, o estudante se viu em um processo de adoecimento que quase acarretou o seu desligamento de curso, mesmo recebendo apoio e orientação psicológica dentro e por meio de profissionais particulares. Esse elemento, como a terceira nuance, demonstra para além da guetização desses setores de ações afirmativas, também a pouca evolução das estruturas institucionais de valorização desse grupo de estudantes representativos, que necessitam receber os serviços de maneira igualitária.

Entendemos, por meio dessa discussão, o tratamento igualitário a partir de medidas equiparatórias que compreendam as realidades de cada estudante a partir de suas especificidades e que promovam o sucesso acadêmico dessas pessoas. Ainda, até o momento, após o relato da experiência dois, não foi possível identificar, no caso da universidade estudada, exemplos de avanços de apoio psicossocial aos servidores e demais pessoas membros de comissões de verificação que realizam as sessões nos trabalhos de identificação da veracidade fenotípica de candidatos.

Assim, a importância da materialização dessas experiências relatadas neste ensaio se dá como possível material de suporte a demais profissionais e acadêmicos que se interessem pelo assunto. Entendemos que esses relatos apresentam implicações teóricas relevantes, por identificarmos, durante as nuances, elementos que ainda não percebemos serem discutidos em literatura. Com relação às implicações práticas, compreendemos que são necessárias, como um segundo passo, após a renovação das políticas de ações afirmativas nas instituições de ensino, mais robustez na instrumentalização de pessoas, recursos em suas diferentes fontes (financeiras, tempo, equipe) para os setores direta e indiretamente relacionados ao acolhimento desses estudantes.

CONCLUSÕES

Através deste estudo, buscamos responder à necessidade premente de confrontar o racismo cotidiano que estudantes negros e negras enfrentam em instituições federais de ensino. Mergulhamos nas complexidades dessas dinâmicas, demonstrando como a

estigmatização, reforçada pelas políticas não formalizadas, práticas e agentes institucionais, afeta negativamente a vida acadêmica e pessoal desses estudantes. Conseguimos trazer a forma como os percalços afetam a experiência destes indivíduos que, por sua vez, podem adotar posturas mais introspectivas e assimilar estas violências de forma a lhe causar danos socioemocionais.

Os relatos aqui coletados e analisados sob a lente crítica e decolonial, revelaram que os processos de racionalidade moderna, muitas vezes, perpetuam e tangibilizam processos de exclusão objetiva e subjetiva. Nossos achados sugerem que a inclusão de vozes e presenças negras no discurso acadêmico pode não apenas enriquecer o diálogo intelectual, mas também agir como um poderoso veículo de mudança radical e estrutural. Potencializar esforços para a mudança institucional se faz necessário a fim de que se consiga atingir um cenário verdadeiramente inclusivo que respeite e corrobore a compreensão da individualidade e do processo de cada pessoa.

A principal contribuição deste trabalho está na exposição e análise dos mecanismos pelos quais o racismo institucional e o estigma se manifestam nas experiências diárias de estudantes e pessoas servidoras negras na instituição estudada. Revelamos como estes processos não são meras abstrações, mas realidades vivas que moldam negativamente as trajetórias acadêmicas, profissionais e pessoais, exigindo uma reavaliação crítica e uma ação institucional consciente desses espaços.

No entanto, este ensaio não está isento de limitações. A principal delas é a possibilidade de que as narrativas coletadas representam apenas uma fração do racismo e do estigma existentes, sugerindo a necessidade de uma investigação mais ampla e sistemática, com relatos de mais pessoas envolvidas na comunidade acadêmica, de mais instituições de ensino. É necessário que possamos produzir saberes a partir de institutos e departamentos nos quais os temas de racismo e inclusão ainda sejam pouco evidentes. Também são necessárias práticas de apoio e fortalecimento institucional, de departamentos que combatam e trabalhem com o tema, para a produção de estudos mais robustos, que não foi o objetivo principal deste trabalho. Além disso, a natureza qualitativa de nossa metodologia pode não capturar a totalidade das nuances e complexidades do racismo institucional e suas implicações, porém, sim, pode

representar pistas que, somadas a outros trabalhos, agregam ao que chamamos de pensamento decolonial negro.

Pesquisas futuras devem ampliar o escopo para incluir um espectro mais amplo de experiências, com uma atenção particular às variadas formas de resistência e superação, praticadas pelos estudantes e pessoas servidoras negras (técnicas e docentes) em instituições federais de ensino. Também sugerimos, como emergente e essencial, que estudos, voltados em especial ao campo de antropologia e história, possam se engajar em produzir pesquisas que demonstrem o impacto dos desvios de vagas que ocorreram, desde o início da implementação de cotas raciais, em diferentes instituições de ensino superior públicas. No caso verificado pelos exemplos, mesmo as denúncias e processo coletivo feito por movimentos sociais negros na instituição, estes alunos, muitos agora formados, não perderam suas matrículas e puderam seguir o seu percurso escolar, mesmo ocupando vagas destinadas a sujeitos que não correspondem a sua origem fenotípica, nem representação social. Caso não possamos produzir conhecimento e melhorias nesses meios de verificação e controle, aceitaremos uma reprodução neocolonial que o racismo no Brasil, desde sua origem, perpetua, permanecendo estruturas de desigualdades que afetam gerações de brasileiros e brasileiras. Também é essencial explorar as formas como as instituições de ensino podem efetivamente dismantelar as estruturas de poder que sustentam o racismo institucional, não apenas na teoria, mas na prática cotidiana.

Em última análise, este trabalho reforça a urgência de práticas educacionais que sejam inclusivas e que reconheçam e valorizem a diversidade racial a partir de práticas de pesquisa que evidenciem outras formas de produção de conhecimento. Ao fazê-lo, não apenas abordamos as injustiças do passado e do presente, mas também pavimentamos o caminho para um futuro que perpassa por instituições acadêmicas em que a igualdade de oportunidades e a justiça social não sejam meras aspirações, mas produzam realidades e melhorias de vidas concretas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro : Pólen, 2019.
- ALVESSON, M.; SKOLDBERG, K. Reflexive Methodology: New Vistas For Qualitative Research. London: SAGE Publications Ltd, 2017.
- ASHCRAFT, Karen Lee. Submission to the rule of excellence: ordinary affect and precarious resistance in the labor of organization and management studies. *Organization*, Thousand Oaks, v. 24, n. 1, p. 36-58, 2017.
- BASILE, S. Lignes directrices en matière de recherche avec les femmes autochtones. Québec, CANADA: Femmes autochtones du Québec Inc., 2012.
- BARRETTO DE SÁ, Gabriela; DE OLIVEIRA PIRES, Thula Rafaela. Reescrita como escritora: Re(ori)entações para a perspectiva feminista do direito no Brasil. *Revista Direito e Práxis*, [S. l.], v. 14, n. 4, p. 2743–2769, 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/79541>.
- BECKER, G & ARNOLD, R. Stigma as a social and culture construct, New York, 1986.
- BENTO, Cida. O pacto da branquitude. Companhia das Letras, 2022.
- BRUN, P. Le récit de vie dans les sciences sociales. *Revue Quart Monde*, v. 188, n. 4, 2003.
- CARNEIRO, A. S. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- EVARISTO, Conceição. Gênero e Etnia: uma escre (vivência) de dupla face. 2003. *Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora*. João Pessoa: Editora Universitária, p. 201-212, 2020.
- GOFFMAN, Erving. Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada, v.4, 1963.
- HOOKS, B. Talking Back: thinking feminist - thinking black. Toronto, Ont., Canada: Sheba Feminist Press, 1989.
- JARDIM, D. F.; NABARRO, E. A.; De LIMA, G. R.; RICCORDI, R. M. R. Trajetórias acadêmicas e mercado de trabalho: o que dizem os diplomados da ufrgs sobre seus desafios e percursos durante a graduação. *Educere et Educare*, v. 17, n. 41, p. 39–61, 2022.
- KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Editora Cobogó, 2020.
- LINK, B. G & PHELAN, J. C. Conceptualizing Stigma. *Annual Review of Sociology*, New York, 2001.
- MELO, Z. M. Estigma: Espaço para a Exclusão Social. *Revista Symposium*, v. 4, 2000.
- MILLS, C. The Racial Contract, Ithaca, New York, 1997.
- SANTOS, S. M. A. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. *Plural*, v. 24, n. 1, p. 214–241, 30 ago. 2017.

SILVÉRIO, V. R. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 117, p. 219–246, 2002. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/551>.

VASQUEZ, C. Da (im)possibilidade de desprender-se: relato de uma intenção falha de desocidentalizar a comunicação organizacional. *Organicom*, v. 16, n. 30, p. 103-114, 2019. DOI: 10.11606/issn.2238-2593.organicom.2019.155470.